

Artigo 1.º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de financiamento verde e sustentável– Empréstimo Médio Longo Prazo para financiamento dos projetos de investimentos a realizar ao abrigo da Candidatura aprovada ao abrigo do investimento RP-C21-i12 — Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos do Plano de Recuperação e Resiliência, que terão por base critérios de sustentabilidade.

Artigo 2.º

Disposições Gerais

1. Cada uma das Partes assume o compromisso de na execução do Contrato, respeitar sempre o bom-nome, a reputação e a imagem comercial da outra Parte.
2. As Partes comprometem-se a cooperar entre si com vista à correção de quaisquer erros ou divergências verificadas.
3. Os prazos fixados ao longo do Contrato contar-se-ão tendo por base dias seguidos de calendário, salvo se explicitada outra indicação.
4. As Partes declaram que estão devidamente autorizadas a celebrar o Contrato e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tal.
5. Nenhuma disposição deste Contrato poderá limitar qualquer das Partes no cumprimento, a todo o tempo, de normas legais e regulatórias que lhe sejam aplicáveis ou na satisfação de pedidos de esclarecimento ou instruções emanadas de qualquer autoridade com atribuições de supervisão.

6. Caso alguma das cláusulas venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afetará a validade das restantes cláusulas do Contrato.
7. Nenhuma modificação ou alteração ao Contrato produzirá efeitos a não ser que seja executada por escrito e assinada por ambas as Partes, consagrando na íntegra a redação de cada uma das cláusulas alteradas, aditadas ou eliminadas.

Artigo 3.º

Disposições por que se rege o Contrato

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) A toda a legislação aplicável ao setor.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no nº4 do artigo 96º do CCP:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do CCP;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O presente caderno de encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

Artigo 4.º

Valor do Financiamento

1. O valor do financiamento é de €12.644.000,00 (doze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil euros).
2. As condições do procedimento foram determinadas tendo por base uma consulta preliminar ao mercado, em que foram consultadas as seguintes entidades:
 - a) Millenium - Banco Comercial Português, S.A.;
 - b) Caixa Económica Montepio Geral, S.A.;
 - c) Novo Banco, S.A.
 - d) Bankinter, S.A. - Sucursal Em Portugal
 - e) Caixa do Crédito Agrícola, C.R.L.
 - f) Caixa Geral de Depósitos, S.A.
 - g) Banco BPI, S.A.
 - h) Eurobic Grupo Abanca, S.A.
 - i) Banco Santander Portugal, S.A.

Vigência da Operação

O contrato a celebrar vigorará pelo período de 144 meses, não obstante a possibilidade da sua liquidação por antecipação.

Artigo 6.º**Obrigações principais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, como obrigação principal, a execução do serviço, nos seguintes termos:
 - a) Deverá reunir as condições legais, técnicas e logísticas subjacentes à prestação do serviço, que se propõe realizar;
 - b) Prestação dos serviços em conformidade com as condições, características, requisitos definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - c) Ter ao seu serviço profissionais de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
 - d) Não alterar as condições da prestação dos serviços;
 - e) Comunicar, antecipadamente, aos TUB/EM, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou a reparar o incumprimento em prazo razoável;
 - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se executa o serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;

- g) Possuir todas as autorizações, aprovações, registos e licenças, bem como respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- h) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição do serviço;
- i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou situação comercial.

Artigo 7.º

Obrigações e deveres do Primeiro Outorgante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais da Entidade Adjudicante:

- a) Pagar ao adjudicatário o capital e demais condições financeiras acordadas, devidos pela contratação dos serviços financeiros;
- b) Fornecer ao adjudicatário a informação relevante e necessária à sua capacidade financeira.

Artigo 8.º

Conformidade legal

O Adjudicatário fica sujeito durante a execução do contrato, às exigências legais, aplicáveis ao exercício da sua atividade, bem como demais legislação aplicável.

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais (adiante designada LPDP), nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016);
6. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou



por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

7. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto no RGPD, e na demais legislação aplicável, assim como a garantir as medidas de segurança necessárias, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que celebra com outras entidades por si subcontratadas.
8. O adjudicatário obriga-se a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, única e exclusivamente para efeitos da execução da empreitada objeto deste contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a ENTIDADE ADJUDICANTE, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da ENTIDADE ADJUDICANTE, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - e) Prestar à ENTIDADE ADJUDICANTE, toda a colaboração de que estes careçam para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a ENTIDADE ADJUDICANTE, informados em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem

ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à ENTIDADE ADJUDICANTE;

- f) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
- g) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- h) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- i) Prestar a assistência necessária à ENTIDADE ADJUDICANTE no sentido de permitir que estes cumpram a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
- j) Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- k) Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE ou por outro auditor por este mandatado;
- l) O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a ENTIDADE ADJUDICANTE, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato;
- m) Para efeitos do disposto na presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços,

procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

- n) A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

9. O presente documento não dispensa a leitura, compreensão e comprometimento das regras estabelecidas no ponto 6. ANEXO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – TERCEIRAS PARTES, do Código de

Conduta disponível para consulta em:

<https://tub.pt/informacaoinstitucional/>.

Artigo 10.º

Preço contratual

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o valor constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade Adjudicante.
3. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às condições acordadas.

Artigo 11.º

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas nos prazos acordados.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados em avisos de pagamento, deve este comunicar ao

prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura/aviso corrigida.

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, os valores são pagos através de transferência bancária.
4. Os avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada da adjudicante ou por correio eletrónico ou por sistema de homebanking.

Artigo 12.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13.º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os TUB/EM podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Artigo 14.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cessão da posição contratual e subcontratação

A cessão e a subcontratação pelo Adjudicatário carece de autorização prévia e escrita dos TUB/EM e deve cumprir as exigências previstas no artº 316 e seguintes do CCP.

Artigo 16.º**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para a sede contratual de cada uma das partes identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17.º**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 18.º**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

Deverão ser consideradas as seguintes especificações:

1. Mutuário: Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB);
 2. Tipo de financiamento: Empréstimo de Médio e Longo Prazo;
 3. Montante:
 - a. 10.000.000,00€ (dez milhões de euros) pelo valor integral.
 4. Finalidade: Financiar os investimentos ao abrigo da Candidatura aprovada ao investimento RP-C21-i12 — Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos do Plano de Recuperação e Resiliência;
 5. Prazo da operação: 144 meses;
 6. Taxa de juro Grean Loan: as entidades bancárias deverão apresentar, duas modalidades de contratar:
 - i. Taxa de juro fixa, correspondente ao indexante acrescida de spread, aplicável durante todo o período de vida do contrato.
 - ii. Taxa de juro variável, correspondendo à taxa Euribor a seis meses do início do período da contagem de juros, com floor zero, acrescida de spread, e que vigorará, durante todo o período de vida do contrato.
- Nota: A Entidade optará pela modalidade que, em face das propostas apresentadas pelos concorrentes, considere mais vantajosa.
7. Os concorrentes podem apresentar proposta para uma ou duas modalidades de contratar.
 8. Para efeitos de comparabilidade, deverão indicar a fixação da taxa no dia 31 de julho de 2025.
 9. Taxa de juro:

Taxa fixa: máximo 4,14% (Euríbor + spread)

Taxa variável: Euríbor 6 Meses + 1,6 Spread máximo.
 10. Periodicidade de cobrança de juros;
 - Isenção de quaisquer comissões e encargos inerentes à operação: gestão, montagem, liquidação, ou quaisquer outras;
 - Taxa máxima de liquidação por antecipação após 3º ano: 0,5%.



11. PRAZO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO

Aquando da produção de efeitos do contrato.